

DECRETO Nº. 6723, DE 18 DE DEZEMBRO DE 2025.

Dispõe sobre a aprovação do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) do Poder Executivo do Município de Anchieta, a ser efetivado no exercício de 2026, e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE ANCHIETA, usando das atribuições que lhe são conferidas pela Lei Orgânica do Município e objetivando estabelecer diretrizes e procedimentos para a realização de trabalhos de auditoria no âmbito da Administração Pública Municipal, com ênfase nos aspectos relacionados à aplicação de diversos mecanismos, buscando manter uma Unidade Central de Controle Interno (Controladoria Geral) competente, com autonomia e tendo por finalidade precípua o assessoramento à Administração em todos os seus níveis, com efetividade em todos os seus atos, mediante o exame e avaliação, entre outros, da adequação e eficácia dos controles estabelecidos, da integridade e confiabilidade das informações e registros, e da confiança dos sistemas com fito de assegurar a observância das políticas, metas, planos, procedimentos, leis, normas e regulamentos aplicáveis, e,

CONSIDERANDO que a Constituição Federal delega aos órgãos de Controle Interno e Externo a realização de controle de legalidade, legitimidade e economicidade dos órgãos públicos na forma específica em seu art. 70 e seguintes;

CONSIDERANDO que a Controladoria Geral, tem o múnus público de realizar o controle interno neste Poder Executivo, e, atuar em estrita observância à Lei Complementar Estadual n. 621, de 08 de março de 2012, notadamente o disposto no art. 42, incisos I, II, e IV, c/c, incisos II, e VI do art. 43, em atenção ainda ao art. 51 da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 1.524/2022, e a Norma de Auditoria Governamental (NAG) n. 4300 e 4311, consoante Instrução Normativa SCI n. 02/2017, e aos ditames do Decreto PMA n. 6.236/2022 de 08 de abril de 2022.

CONSIDERANDO que a Lei Municipal nº 1.524/2022, art. 3º, inciso III, dispõe que “Órgão Central de Controle Interno é órgão da estrutura organizacional do Poder Executivo responsável por coordenar as atividades de controle interno prévio, concomitante e posterior ou corretivo, exercer os controles essenciais e avaliar a eficiência e eficácia dos demais controles existentes, **realizar com exclusividade auditorias**, inspeções, levantamentos, monitoramentos e outros para cumprir a função constitucional de fiscalização,” e artigo 5º da mesma lei, inciso IV dispõe que “a Controladoria Geral é o órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal e Fundo Municipal de Saúde, diretamente subordinada ao Chefe

do Poder Executivo, e tem por competências: (...) **IV – realizar auditorias** específicas em entidades, órgãos, e unidades da Administração Direta, com o fito de aferir a regularidade da aplicação de recursos celebrados via termo de colaboração, fomento, ou cooperação, de convênios e em entidades de direito privado, realizar ainda auditorias em autarquias, fundações, associações e organizações civis que, de alguma forma, recebam auxílios, subvenções, recursos de qualquer espécie oriundos do Município de Anchieta com o escopo de verificar a sua regularidade;”

CONSIDERANDO notadamente o disposto no art. 6º, §2º do Decreto Municipal n. 6.236/2022, de 08 de abril de 2022, que regulamenta a aplicação da Lei Municipal n. 1.524/2022, que assim estabeleceu, *verbis*:

Art. 6º – As atividades de auditoria interna e de inspeção a que se referem os incisos VII, IX e XVI do artigo 3º, da Lei n. 1524, de 04 de janeiro de 2022, terão como enfoque a avaliação e a verificação da eficiência e da eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, por suas unidades e órgãos executores, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles ou outras providências que se apresentarem necessárias, a depender do caso concreto, na forma da lei.

(...)

§ 2º. Até o último dia útil de cada ano, a Controladoria Geral do Poder Executivo deverá elaborar e dar ciência ao Chefe do Poder Executivo quanto ao Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI para o exercício seguinte, observando metodologia e critérios estabelecidos no Manual de Auditoria Interna, e observada a Matriz de risco.

DECRETA:

Art. 1º- Fica aprovado os termos do Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) do Poder Executivo do Município de Anchieta, a ser efetivado no exercício de 2026, de responsabilidade da Unidade Central de Controle Interno (UCCI).

Art. 2º - Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação.

Anchieta/ES, 18 de dezembro de 2025.


LEONARDO ANTÔNIO ABRANTES

PREFEITO MUNICIPAL

PREFEITURA MUNICIPAL DE ANCHIETA
UNIDADE CENTRAL DE CONTROLE INTERNO

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA
PAAI – 2026

2025

PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA DO PODER EXECUTIVO DO MUNICÍPIO
DE ANCHIETA-ES – PAAI- 2026

CONSIDERANDO que a UCCI tem por escopo maior a missão constitucional de fiscalizar os aspectos contábeis, financeiros, orçamentários, operacionais e patrimoniais do município de Anchieta, em relação a legalidade, legitimidade e economicidade na aplicação dos recursos públicos, conforme o artigo 70 e seguintes da Carta Magna.

CONSIDERANDO que, o Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI) elaborado pela Unidade Central de Controle Interno (UCCI), município de Anchieta, Estado do Espírito Santo, define as auditorias que serão realizadas durante o exercício de 2026.

CONSIDERANDO que, isoladamente o órgão de controle interno não conseguiria atingir os objetivos constitucionais acima elencados com eficiência, contando, para tanto, com a participação das unidades administrativas, para que, inclusive, este controle se faça, cada vez mais de maneira preventiva e sistêmica, por meio das 3 (três) linhas de defesa esculpadas pela nova lei de licitações, com aplicabilidade obrigatória a partir de 1º de janeiro de 2024.

CONSIDERANDO a necessidade desta Controladoria Geral em atuar em estrita observância à Lei Complementar Estadual n. 621, de 08 de março de 2012, notadamente o disposto no art. 42, incisos I, II, e IV, c/c, incisos II, e VI do art. 43, em atenção ainda ao art. 51 da Lei Orgânica Municipal, c/c a Lei Municipal n. 1.524/2022, as Normas de Auditoria Governamental (NAG) n. 4300 e 4311, consoante Instrução Normativa SCI n. 02/2017, e atentar aos ditames do Decreto PMA n. 6.236 de 08 de abril de 2022.

CONSIDERANDO que a Lei Municipal n. 1.524/2022, art. 3º, inciso III, dispõe que “Órgão Central de Controle Interno é órgão da estrutura organizacional do Poder Executivo

responsável por coordenar as atividades de controle interno prévio, concomitante e posterior ou corretivo, exercer os controles essenciais e avaliar a eficiência e eficácia dos demais controles existentes, realizar com exclusividade auditorias, inspeções, levantamentos, monitoramentos e outros para cumprir a função constitucional de fiscalização,” e artigo 5º da mesma lei, inciso IV dispõe que “a Controladoria Geral é o órgão central do sistema de controle interno do Poder Executivo Municipal e Fundo Municipal de Saúde, diretamente subordinada ao Chefe do Poder Executivo, e tem por competências:

CONSIDERANDO notadamente o disposto no art. 6º, §2º do Decreto Municipal n. 6.236/2022, de 08 de abril de 2022, que regulamenta a aplicação da Lei Municipal n. 1.524/2022, que assim estabeleceu, *verbis*:

(...) IV – realizar auditorias específicas em entidades, órgãos, e unidades da Administração Direta, com o fito de aferir a regularidade da aplicação de recursos celebrados via termo de colaboração, fomento, ou cooperação, de convênios e em entidades de direito privado, realizar ainda auditorias em autarquias, fundações, associações e organizações civis que, de alguma forma, recebam auxílios, subvenções, recursos de qualquer espécie oriundos do Município de Anchieta com o escopo de verificar a sua regularidade.

Art. 6º – As atividades de auditoria interna e de inspeção a que se referem os incisos VII, IX e XVI do artigo 3º, da Lei n. 1524, de 04 de janeiro de 2022, terão como enfoque a avaliação e a verificação da eficiência e da eficácia dos procedimentos de controle adotados nos diversos sistemas administrativos, por suas unidades e órgãos executores, cujos resultados serão consignados em relatório contendo recomendações para o aprimoramento de tais controles ou outras providências que se apresentarem necessárias, a depender do caso concreto, na forma da lei.

(...)

§ 2º. Até o último dia útil de cada ano, a Controladoria Geral do Poder Executivo deverá elaborar e dar ciência ao Chefe do Poder Executivo quanto ao Plano Anual de Auditoria Interna - PAAI para o exercício seguinte, observando metodologia e critérios estabelecidos no Manual de Auditoria Interna, e observada a Matriz de risco.

CONSIDERANDO o disposto na Instrução normativa TCEES n. 68/2020, e suas alterações, notadamente os pontos de controle estabelecidos, e que também dispõem sobre a obrigatoriedade da elaboração do Relatório de atividades realizadas pela Unidade de Controle Interno (RELACI), contendo informações acerca dos procedimentos relativos ao Plano Anual de Auditorias Internas – PAAI.

CONSIDERANDO que o Manual de Auditoria, bem como a Instrução Normativa SCI n. 03 (Matriz de Risco), via Decreto Municipal n. 5.693/2017, para efetiva elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna, que busca oferecer oportunidade para a realização de auditoria, **que**

contribua para o aperfeiçoamento da administração pública, e forneça à sociedade opinião independente sobre o desempenho da atividade pública.

CONSIDERANDO ainda que a Matriz de Risco de 2025/2026 tem como maior objetivo avaliar pontos de controle de secretarias estratégicas e relevantes identificadas no Projeto Controladoria Participativa, bem como fortalecer o acompanhamento das ações prioritárias do Município, ampliando a atuação preventiva desta Controladoria-Geral para além da verificação tradicional de conformidade; incluindo o suporte à implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância — PMPI, a análise e o aprimoramento das Instruções Normativas relativas a licitações e contratos, de modo a assegurar aderência às boas práticas de governança; e o início da execução dos Planos de Integridade no âmbito da própria Controladoria e nas demais secretarias, conforme o planejamento estratégico institucional, promovendo cultura ética, gestão de riscos e maior eficiência administrativa.

1. INTRODUÇÃO

A Unidade Central de Controle Interno (UCCI), da Prefeitura de Anchieta elaborou o presente Plano Anual de Auditoria Interna (PAAI), no qual foram programadas as ações de auditoria, que serão **executadas no exercício de 2026**.

A equipe de trabalho, atualmente, é composta por 8 (oito) servidores:

- Maria Eduarda Zampirolli Souza (Coordenadora de Apoio Administrativo);
- Diego Silva Ribeiro (Assessor de Auditoria);
- Ricardo de Mattos Garcia Passos (Assessor de Auditoria);
- Moises Guio Vassoleur (Diretor de Contas, Normatização e Gestão de Resultados);
- Ingrid Teixeira Senna (Diretor de Fiscalização, Inspeção e Auditoria);
- Ana Cláudia Cruz de Souza (Assistente Técnico);
- Arthur Alexandre Saraiva Faria (Controlador Geral – Interino);
- Pâmela Amélia da Silva Oliosi Bernardi (Controladora Geral – licenciada).

Cumprir registrar que no mês de maio de 2023 foi iniciado o Projeto Controladoria Participativa cujos objetivos gerais consistem em: a) aproximar a Unidade de Controle Interno - UCCI das Unidades Administrativas para apoio técnico na tomada de decisão e prevenção de situações de risco que possam causar dano ao erário; b) tornar a transparência municipal integrada às rotinas de trabalho dos servidores e; c) fortalecer a ouvidoria municipal.

Para elaboração deste PAAI, esta UCCI pautou-se no critério, **Significância Estratégica/Relevância**. Os procedimentos, aqui propostos, permitirão à UCCI, formular

recomendações que apontem para melhoria contínua na gestão dos recursos públicos disponibilizados, para o desenvolvimento das atividades deste Poder e consequentemente na efetivação dos serviços destinados para sociedade.

Nos tópicos seguintes, serão apresentadas as metodologias utilizadas para a distribuição das horas de auditoria e as ações de auditoria e inspeção previstas para serem realizadas durante o exercício de 2026.

1. OBJETIVO

O presente Plano Anual de Auditoria Interna - (PAAI) tem como objetivo o planejamento e o dimensionamento das auditorias e inspeções a serem realizadas, visando priorizar a atuação preventiva, e o atendimento aos padrões e diretrizes indicados pela legislação correlata. Requer, também, especial atenção ao entendimento do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo, diante de seu posicionamento, buscando privilegiar o fortalecimento da estrutura do controle interno.

O Plano Anual de Auditoria Interna da PMA, em consonância com a Matriz de Risco estabelecida, orientará o processo de seleção do objeto da auditoria para o exercício de 2026, sendo este o primeiro estágio do ciclo de auditoria/inspeção.

Tal processo de seleção é necessário porque o campo de atuação da UCCI é muito amplo, quando comparado aos seus recursos, que são limitados, em especial o humano, haja vista o reduzido número de servidores na Unidade Central e a disponibilidade de horas a serem utilizadas para os exames, aplicando métodos, técnicas e padrões de trabalho de modo a priorizar os resultados administrativos almejados, que devem implicar no aperfeiçoamento da gestão e efetiva atuação do controle interno.

Assim, visa-se o desenvolvimento do conhecimento técnico nos setores, e a detecção de possíveis falhas que possam ser evitadas, com fito de protegermos o patrimônio público, notadamente com a implementação de boas práticas na Gestão.

2. DA ELABORAÇÃO DO PLANO ANUAL DE AUDITORIA INTERNA – PAAI 2026

3.1 Elaboração da Matriz de Risco para Seleção das Auditorias

Foram definidos na competente Matriz de Risco, os critérios objetivos e impessoais, notadamente frente à importância de um sistema de controle interno eficiente e eficaz.

3.1.2 O mapeamento dos riscos

A escolha e classificação do critério Significância Estratégica/Relevância auditáveis, para resguardar à Administração nas tomadas de decisões, se deve ao grau de exposição destes aos riscos de se manter um sistema de controle interno ineficiente, tornando-se um risco à Prefeitura de Anchieta.

A seleção dos processos que serão auditados/inspecionados pela UCCI baseou-se nos pontos de controle com maior risco, **Significância Estratégica/Relevância**, conforme explicitados e definidos na Matriz de Risco.

As áreas selecionadas para serem auditadas, serão principalmente, as definidas na matriz de risco. No decorrer da execução das auditorias, em se constatando irregularidade que tenha que ser sanada imediatamente, deve o fato ser comunicado ao gestor para as devidas providências. No relatório conclusivo deve ser constado o número do processo e quais providências adotadas.

Dessa forma, o processo de escolha foi pautado em consonância com os princípios da objetividade e impessoalidade, tendo por fito o critério relevância, item 10.3.3, c/c item 10.4, do Manual de Auditoria Interna deste Poder.

3.2. Pressupostos do Planejamento

O planejamento dos trabalhos de auditoria para o exercício de 2026 considerou as normas do Tribunal de Contas do Espírito Santo e as normas internas da Prefeitura Municipal de Anchieta-ES, e foi construído considerando ainda os seguintes fatores:

- a) Capacidade técnica e operacional da Auditoria Interna;
- b) Identificação dos principais controles mensurados pela Matriz Risco;
- c) Verificação e estudo da estrutura Organizacional;
- d) Verificação das atribuições desenvolvidas pelas unidades executoras;
- e) Identificação dos responsáveis por cada unidade executora de controle interno.

3.3. Metodologia de cálculo das horas de atividades disponíveis

Conforme dispõe o item 10.6 do Manual de Auditoria deste Poder, o PAAI contemplará as horas de trabalho, compatíveis com a provável demanda, destinadas a realização das auditorias por segmentos (regulares/ordinárias e/ou extraordinárias). **Restará ainda uma reserva de horas destinadas a outros trabalhos eventuais de auditoria interna que possam se tornar necessários ao longo do exercício, como por exemplo, os relacionados a demandas provocadas pela Câmara Municipal, pelo Ministério Público, pelo Chefe do Executivo Municipal e pelo egrégio Tribunal de Contas do Estado.**

Quanto às prováveis demandas advindas do Chefe do Executivo, Tribunal de Contas e ou Ministério Público, sempre que formos direcionados a atendê-los, necessariamente teremos que realizar a devida readequação das horas, que abaixo foram distribuídas, dado o comprometimento já assumido pela UCCI, e diante da nova demanda ordinária.

Para apuração do tempo necessário para a realização das atividades da auditoria interna, foram considerados os dias úteis do calendário de 2026, a **quantidade de servidores à disposição, a jornada diária de trabalho, excluindo os feriados e pontos facultativos**, em observância ao item 10.6 do Manual de Auditoria Interna deste poder. No quadro a seguir, demonstra-se o total de dias úteis de cada mês:

IDENTIFICAÇÃO DA QUANTIDADE DE DIAS ÚTEIS DO ANO DE 2026					
Mês	Total de Dias/Meses	Sábados/Domingos	Feridos*	Dias Úteis	Horas disponíveis
Janeiro	31	9	1	21	168
Fevereiro	28	8	3	17	136
Março	31	10	1	20	160
Abril	30	8	4	18	144
Mai	31	9	1	21	168
Junho	30	10	4	16	128
Julho	31	8	0	23	184
Agosto	31	10	0	21	168
Setembro	30	8	0	22	176
Outubro	31	8	2	21	168
Novembro	30	10	2	18	144
Dezembro	31	8	7	16	128
TOTAL	365	106	25	234	1.872

Para quantificar as horas de atividades, foram considerados os afastamentos por férias da Controladora Geral e dos três Diretores, tendo em vista que no momento da elaboração deste Plano Anual de Auditoria, os servidores não haviam usufruído de seu direito a férias, conforme disposto nos quadros a seguir:

IDENTIFICAÇÃO DAS HORAS DE ATIVIDADES POR SERVIDOR						
SERVIDOR	JORNADA	DIAS ÚTEIS	HORAS/ANO	HORAS/FÉRIAS	PCA 2026	TOTAL
Controladora Geral	8 h	234	1.872h	240	176	1.632
Superintendente	8h	234	1.872h	240	176	1.632

Diretoria 1	8 h	234	1.872h	240	176	1.632
Diretoria 2	8 h	234	1.872h	240	176	1.632
Diretoria 3	8 h	234	1.872h	240	176	1.632

DISTRIBUIÇÃO DAS HORAS DEDICADAS ÀS ATIVIDADES POR SERVIDOR			
		Horas de Auditoria/Ano	%
Servidores da Controladoria Geral	Auditorias Extraordinárias	816	50
	Planejamento	244,8	15
	Execução / Acompanhamento	408	25
	Atendimento às Secretarias	122,4	7.5
	Capacitação	40,8	2.5
TOTAL		1.632	100%

3.4. Definição dos pontos que serão auditados com base na Matriz de Risco

Diante da adoção dos critérios de Significância Estratégica/Relevância, conforme o item 10.3.3 do Manual de Auditoria deste Poder Executivo, aprovado pelo Decreto Municipal n.º 5.693/2017, e considerando que a Matriz de Risco 2025/2026 prioriza tanto a conclusão de auditorias pendentes quanto a inclusão de novos pontos de controle identificados no Projeto Controladoria Participativa, definem-se como objetos de auditoria e ações estratégicas, consoante anexo, os seguintes grupos de atividades:

a) Cumprimento das metas fiscais da Lei de Responsabilidade Fiscal — LRF:

Inclui o acompanhamento sistemático das publicações dos RREO e seus anexos; a verificação dos limites de despesa com pessoal (RGF); o monitoramento dos índices constitucionais de aplicação em saúde, educação e FUNDEB; a análise semestral dos fechamentos orçamentário e contábil; a participação em audiências públicas previstas no art. 9º, §4º, da LRF; e a verificação contínua da situação do CAUC, orientando as áreas responsáveis quanto às pendências e regularizações necessárias.

b) Cumprimento das demandas do Tribunal de Contas do Estado do Espírito Santo — TCE-ES:

Compreende a execução de auditorias dos pontos de controle previstos na IN TCE-ES n.º 68/2020, o acompanhamento de processos fiscalizatórios em curso no TCE-ES e a verificação permanente dos indicadores de transparência avaliados pela Atricon, sobretudo aqueles que impactam o desempenho institucional do Município no Programa Nacional de Transparência Pública.

c) Demandas internas e ações estratégicas decorrentes do planejamento institucional:

Engloba a finalização de demandas anteriores pendentes; a análise de pontos de controle específicos no âmbito da Secretaria Municipal de Assistência Social (SEMADS); o suporte técnico à elaboração dos Planos de Integridade no âmbito das Secretarias Municipais; o acompanhamento e apoio à implementação do Plano Municipal pela Primeira Infância — PMPI; e, ao final do exercício, a elaboração do Plano Anual de Auditoria Interna para 2027.

Todos esses objetos foram priorizados por apresentarem relevância estratégica à boa governança, materialidade significativa, risco potencialmente elevado e impacto direto sobre políticas públicas essenciais. Sua execução permitirá fortalecer a atuação preventiva da Controladoria-Geral, consolidando práticas de gestão de risco, integridade, conformidade normativa e eficiência administrativa.

3.4.1 Hierarquização para seleção das unidades executoras a serem auditadas/ inspecionadas.

Diante de todas as demandas extraordinárias existentes para realização das auditorias, o número de servidores, e todas as demais atribuições da UCCI, decidiu-se selecionar, via Matriz de Risco, o escopo das Auditorias. Uma vez delimitado o objeto, selecionaremos as amostras, diante dos riscos envolvidos, para efetiva realização dos trabalhos.

3.5 Detalhamento das ações selecionadas para a execução de auditoria interna e inspeções.

O detalhamento das ações para execução das auditorias/inspeções foi selecionado de acordo com o grau de risco definido a partir da Matriz de Risco instituída pelo Manual de Auditoria, atendendo ao critério da Significância Estratégica/Relevância.

4 DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Ao longo do exercício de 2026, **o cronograma de execução dos trabalhos poderá sofrer alterações em função de fatores que prejudiquem a sua realização no período estipulado, tais como: treinamentos (cursos e palestras), atendimento interno, demandas dos órgãos fiscalizadores e do Gestor deste Poder Executivo.**

As auditorias/inspeções serão realizadas em datas específicas e após comunicação às unidades executoras responsáveis, em conformidade com o estabelecido no Manual de Auditoria da Prefeitura de Anchieta.

A Controladoria Geral da Prefeitura de Anchieta será responsável pela execução dos trabalhos a serem realizados consoante o Plano Anual de Auditoria Interna. **Será dada ciência ao Exmº. Sr. Prefeito deste Poder quanto a elaboração do presente Plano de Auditoria, tudo em estrita conformidade com o disposto nos itens 3.7.1, c/c, 10.1, do Manual de Auditoria aprovado via Decreto Municipal n. 5.693/2017.**

A Controladoria assevera ainda que diante da necessidade de atender as demandas pré-existentes e **frente ao seu dever de buscar atuar em parceria com o Egrégio Tribunal de Contas, atendendo aos ditames da Instrução Normativa TC n. 68/2020**, e demais alterações não conseguirá de certo seguir alguns modelos pré-determinados, dada a excepcional condição do Município de Anchieta-ES.

Anchieta, 15 de dezembro de 2025.

ARTHUR ALEXANDRE SARAIVA FARIA
Controlador Geral

MOISES GUIO VASSOLEUR
Diretor

INGRID TEIXEIRA SENNA
Diretora

Plano Anual de Auditoria Interna 2026 (PAAI)

Atividades/ações	Jan	Fev	Mar	Ab r	Ma i	Jun	Jul	Ag o	Set	Out	No v	Dez
I - CUMPRIMENTO DAS METAS FISCAIS DA LEI DE RESPONSABILIDADE FISCAL												
Acompanhamento e verificações das publicações dos RREO's e seus anexos, em até 30 dias após o encerramento do bimestre, de acordo com os art. 52 e 53 da LRF nº 101/2000;	x		x		x		x		x		x	
Acompanhamento dos limites dos gastos com pessoal dos Poderes Executivo e Legislativo, conforme a LRF Nº 101/2000 - RGF;	x						x					
Acompanhamento das despesas FUNDEB, se está dentro do índice mínimo legal;			x		x		x		x		x	x
Acompanhamento da aplicação pelo município do mínimo constitucional de 25% dos recursos recebidos no decorrer do exercício, provenientes de impostos e demais transferências em despesas com Manutenção do ensino;			x		x		x		x		x	x
Acompanhamento da aplicação pelo município do mínimo constitucional de 15% dos recursos recebidos no decorrer do exercício, provenientes de impostos e demais transferências;			x		x		x		x		x	x
Participação nas Audiências Públicas em atendimento ao art. 9º § 4º da LRF 101/2000;	x				x				x			
Acompanhamento semestral de fechamentos do execução orçamentária e contábil;	x						x					
Acompanhamento da situação do CAUC - Cadastro Único de Convênios do Município, verificando pendências e orientando os departamentos competentes para a sua regularização;	x		x		x		x		x		x	
II - CUMPRIMENTO DAS DEMANDAS DO TRIBUNAL DE CONTAS DO ESTADO DO ESPÍRITO SANTO												
Auditoria de pontos de controle da IN TCE-ES 68/2020;	x	x	x								x	x
Acompanhamento dos processos no TCE-ES	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
Monitoramento dos pontos de controle da Transparência avaliados pela Atricon.	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x	x
III - DEMAIS DEMANDAS E AÇÕES A SEREM DESENVOLVIDAS												
Finalizar demandas anteriores	x	x	x	x								
Avaliação de Pontos de Controle no âmbito da SEMDS						x	x					
Auxiliar na elaboração dos Planos de Integridade			x	x	x	x	x	x	x	X		
Auxiliar a implementação do PMPI	x	x	x	x					x	x	x	
PAAI 2027											x	x